

**Maria Isabel João**

**Dinâmicas e Problemas  
Estruturais da Economia e  
da Sociedade Açorianas**



## DINÂMICAS E PROBLEMAS ESTRUTURAIS DA ECONOMIA E DA SOCIEDADE AÇORIANAS

Maria Isabel João

Comemora-se, em 1995, o centenário do primeiro estatuto administrativo especial para os distritos dos Açores. Por isso, é natural que as atenções estejam centradas nos problemas político-administrativos, cujo estudo se enquadra no âmbito da História Institucional e Política. Pelo meu lado, o contributo que possa, eventualmente, dar para a análise das questões autonómicas será sempre numa perspectiva da sociologia histórica, ou se preferirem da história sociológica, visto que a abordagem que tenho feito do problema se centra na elucidação das conjunturas históricas em que eclodiram os movimentos autonomistas e dos grupos sociais que, em cada época, foram os protagonistas desse tipo de reivindicações<sup>1</sup>.

Contudo, a reflexão que gostaria de apresentar neste congresso tem uma amplitude maior e pretende equacionar alguns dos problemas estruturais e de longa duração que têm caracterizado a economia e a sociedade açorianas contemporâneas. A análise procurará identificar as permanências e as rupturas ou mudanças verificadas durante os



---

<sup>1</sup> Vide a obra *Os Açores no século XIX. Economia. Sociedade e Movimentos Autonomistas*, Lisboa, Cosmos, 1991 e o artigo publicado no Boletim do Núcleo Cultural da Horta, *Origem e Causas dos Movimentos Autonomistas Açorianos*, volume X.

últimos cem anos, os quais coincidem também com uma época de maior abundância e fiabilidade dos dados estatísticos. Apesar disso, não deixa de ser oportuno frisar que as estatísticas têm um valor e uma qualidade bastante relativas e permitem somente uma aproximação à realidade, que se apresenta sempre de forma bem mais complexa e diversificada do que as análises globalizantes podem apreender.

### Os Açores como região periférica

As condicionantes geográficas do arquipélago dos Açores, tanto do ponto de vista interno como da inserção no espaço atlântico, são sobejamente conhecidas. A insularidade é a característica mais evidente, tendo-se retirado a ilacção que se trata de um factor negativo, desde sempre adverso ao desenvolvimento dos Açores. Na verdade, o facto do arquipélago se inserir no espaço atlântico constituiu, até ao presente, um elemento favorável aos Açores, porque este oceano teve, desde o início da Idade Moderna, um papel fundamental no tráfego marítimo e na economia mundial. Se a descontinuidade geográfica e a distância dos continentes criaram alguns problemas à economia açoriana, a posição geoestratégica privilegiada tornou possível a inserção das ilhas no complexo das relações e das trocas internacionais.

Logo no início, o povoamento das ilhas dos Açores e a aceleração da circulação de bens e pessoas esteve dependente da estruturação da *economia-mundo* europeia<sup>2</sup>. O arquipélago desempenhou, então, uma dupla função de abastecedor de trigo das praças portuguesas do norte de África e de ponto de apoio das grandes rotas transatlânticas. As embarcações que se dirigiam para a África tropical, a Ásia das monções e o Novo Mundo precisavam de escalar o arquipélago, sobretudo na viagem de regresso, por causa da necessidade de se

<sup>2</sup> João Marinho dos Santos, *Os Açores nos sécs XV e XVI*, vol. I, SREC-DRAC, s. d., p. 133.

abastecerem de víveres, para aferirem as rotas, para obterem a desejada protecção militar contra a pirataria/corso e repararem os navios<sup>3</sup>. Boa parte do controlo sobre o Atlântico passava pelo domínio sobre as ilhas dos Açores, que foram, posteriormente, transformadas pelos espanhóis na guarda-avançada da segurança das frotas que cruzavam o oceano nas ligações com a América. A posição geoestratégica do arquipélago está, por conseguinte, desde o começo presente na sua história. Mas, apesar da sua importância, não deixa de ser um lugar de passagem e um simples peão nas estratégias dos Estados ibéricos, daquela época.

A utilização dos Açores como ponto de apoio às comunicações e às estratégias militares internacionais continuou a desempenhar um papel de relevo na economia das ilhas. Na segunda metade do século XIX, a importância do porto de Angra do Heroísmo declina e cresce a dos portos de Ponta Delgada, mais bem apetrechado, e da Horta. Mas, já naquele século, se nota a tendência para a progressiva autonomia dos grandes navios a vapor que ligavam em carreiras regulares a Europa e os outros continentes, o que os levava a prescindir da escala nos Açores. A cidade da Horta viveu momentos florescentes com a "pesca da baleia" pelos americanos, nos mares açorianos, depois com a instalação das companhias dos cabos-submarinos e como escala dos hidroaviões que cruzavam o Atlântico. S. Miguel conheceu uma época de prosperidade com a instalação da base americana, na I Grande Guerra, tornando-se o Almirante Dunn uma espécie de ídolo popular. Posteriormente, foi a vez da instalação das bases militares na Terceira e nas Flores. Santa Maria também teve um surto de crescimento motivado pelo respectivo aeroporto internacional.

---

<sup>3</sup> *Ibidem*, vol. II, p. 403. Lisboa, Cosmos, 1991 e o artigo publicado no Boletim do Núcleo Cultural da Horta, *Origem e Causas dos Movimentos Autonomistas Açorianos*, volume X.

Contudo, é notório que o papel geoestratégico das ilhas dos Açores tem variado de acordo com as conjunturas mundiais e a sua importância na rede das comunicações foi suplantada pelo desenvolvimento técnico. Os elementos mais recentes são a desactivação da base das Flores e a redução dos efectivos e dos gastos militares dos americanos, com consequências na Base das Lajes. As verbas provenientes de Acordos Internacionais pela utilização do espaço açoriano vão sendo drasticamente reduzidas<sup>4</sup>, com consequências obviamente negativas na economia açoriana.

A distância a que se situam os principais mercados consumidores e abastecedores é outro factor decisivo para a economia açoriana, que tem funcionado como um obstáculo ao desenvolvimento. É evidente que o progresso técnico e a melhoria dos sistemas de transportes e comunicações têm permitido ultrapassar, em parte, o problema, mas continua a limitar a competitividade dos produtos açorianos e a encarecer as mercadorias que abastecem as ilhas.

### A demografia

Merece destaque o problema da dimensão populacional dos Açores. Em 1890, a população presente era de 255 000, em números redondos, e representava 5,1 % da nacional. O respectivo peso não parou, contudo, de descer no conjunto da população portuguesa, reduzindo-se, segundo o recenseamento de 1991, a 241 000 indivíduos e a 2,5 % do total dos efectivos nacionais.

No espaço de um século, a população açoriana diminuiu em termos absolutos e relativos. Apesar disso, se olharmos para os resultados dos vários recenseamentos decenais, verificamos que tem havi-

---

<sup>4</sup> Plano de Médio Prazo 93-96, DREPA, p.82.

do períodos de acréscimo e decréscimo da população que se ficam, essencialmente, a dever ao factor emigração. Nas épocas em que existem entraves políticos, internos ou externos, à emigração, a população açoriana aumenta. Ao invés, nos períodos em que a emigração é facilitada e até estimulada pela procura de mão-de-obra nos países de acolhimento, a população diminui, por vezes de forma bastante acentuada. Isto significa que o fenómeno é de ordem estrutural e tem resultado da incapacidade da economia açoriana para absorver toda a mão-de-obra disponível e proporcionar condições de vida satisfatórias.

Entre o recenseamento de 1981 e 1991, contra as expectativas, a taxa de crescimento foi negativa, apesar de se situar em valores claramente inferiores aos registados em períodos anteriores. Mas nessa década os investimentos públicos nos Açores foram também bastante elevados, tendo crescido a oferta de emprego nos sectores da administração, saúde, educação e obras públicas. Contudo, não foi suficiente para estancar a saída dos açorianos em direcção à América.

Actualmente, a tendência para baixar a taxa de natalidade vem somar-se ao problema da emigração, se bem que os saldos fisiológicos da região ainda continuem a ser positivos. Já se nota também o envelhecimento da população, que se situa em índices menos acentuados do que os da população nacional e europeia. Contudo, o índice de dependência total é dos mais elevados do país: segundo o último censo, 100 indivíduos adultos potencialmente activos têm de sustentar 20,3 idosos e 43,7 jovens, isto é, 64 % da população é dependente<sup>5</sup>.

A população açoriana encontra-se distribuída de forma dispersa e desigual, entre as nove ilhas que compõem o arquipélago. Mas a tendência secular tem sido para o crescimento do peso da população concentrada nas duas maiores ilhas, com particular incidência em S. Miguel que possui mais de metade do total dos efectivos. Além disso, também se tem registado um progressivo aumento da população urba-

<sup>5</sup> Ibidem, p. 17.

na, concentrando-se em Ponta Delgada mais de um quarto da população açoriana.

A demografia repercute a vários níveis sobre a economia, sendo importante destacar a disponibilidade de recursos humanos e a dimensão do mercado que, por sua vez, também se prende com o nível de consumo das populações. Poderá ter, ainda, consequências ao nível político, obrigando a reequacionar, pelo menos, a dimensão do aparelho político-administrativo regional.

### Os sectores de actividade

Um aspecto estrutural e de longa duração da economia e da sociedade açoriana que sofreu uma alteração profunda nas últimas décadas foi a distribuição da população pelos sectores de actividade. Tradicionalmente, mais de metade da população activa pertencia ao sector primário, rondando os 60% ainda em 1960. Nesse sector, a agricultura ocupava o grosso dos activos, situando-se a pesca abaixo dos 4%. O sector secundário sofreu oscilações ao longo do século que podem ser explicadas pela fragilidade dos respectivos ramos de actividade, muitas vezes dependentes da procura dos mercados exteriores, e pelo facto da indústria açoriana apresentar carácter sazonal, durante largo tempo, condicionando o rigor dos recenseamentos. Deste modo, em 1900, 14,5% da população activa estava no sector secundário, descendo essa percentagem para 12%, em 1930, e subindo para cerca de 17%, em 1960. Este sector tem tido, por conseguinte, uma importância relativamente pequena no mercado de trabalho da Região, evidenciando a fraca industrialização dos Açores. Pelo contrário, o sector terciário teve sempre um peso considerável. Em 1890, ocupava 32% da população activa, mas a maior parte referia-se aos serviços e ao trabalho doméstico e ao grupo das actividades mal definidas. No iní-

cio do século, desce para 23%, mantendo-se em torno desse valor ainda em 1960. Num relatório da Junta de Colonização Interna, de 1970, refere-se a "fraqueza congénita do sector industrial e o empolamento patológico do sector terciário"<sup>6</sup>, como indicadores do atraso estrutural da economia açoriana.

Em 1991, a população activa no sector primário desceu para 22%, mantendo-se a pesca somente com 3,6%. A agricultura, silvicultura e pecuária tiveram uma redução muito importante dos activos, representando 18,6% do total do emprego. O sector secundário teve um crescimento significativo, ocupando cerca de 25% do total dos empregados. Mas o ramo da construção e obras públicas tem um peso muito importante neste sector (12,5%), enquanto que a indústria transformadora se mantém em níveis relativamente baixos (11%). O sector terciário absorveu, por conseguinte, boa parte da mão-de-obra disponível do ramo agro-pecuário, proporcionando 53% do emprego da Região. Neste sector, o peso determinante cabe aos serviços públicos, onde se incluem a administração, a saúde e a educação (20,6%)<sup>7</sup>. Mas todos os outros ramos de actividade do terciário cresceram, nomeadamente o comércio, transportes e comunicações, hotelaria, bancos e seguros e a rubrica geral que agrupa os outros serviços.

O crescimento do sector terciário é resultante, por um lado, duma tendência geral que se verifica nas economias e sociedades contemporâneas e, por outro lado, da especificidade da situação geográfi-

<sup>6</sup> AAVV, *A Agricultura Açoriana. Realidades e Perspectivas*, Junta de Colonização Interna, Lisboa, 1970.

<sup>7</sup> Estes dados são retirados do citado PMP 93-96 e referem-se a 1991. No documento de trabalho do Gabinete do Ministro da República para a RAA, intitulado *Sinopse da Economia Açoriana*, de 1994, as percentagens apresentadas, relativas ao 4º trimestre de 1993, dão um quadro um pouco diverso: o sector primário, 18,7%, o secundário, 24,8% e o terciário 56,5%, representando o sub-sector referido 25% do total do emprego da região (cf. p. 28 e Quadro IV).

ca e político-administrativa da Região. A fragmentação e a dispersão do território do arquipélago obrigam a multiplicar os serviços públicos necessários para ser útil às populações, enquanto que a criação da Região Autónoma implicou a transferência dos serviços periféricos do Estado para a Administração Regional. Mesmo assim, esse sub-sector teve um crescimento demasiado acentuado nos Açores, sobretudo se tivermos em conta o nível de desenvolvimento do aparelho produtivo regional. Tal situação pode explicar-se pela necessidade de criar alternativas de emprego para fixar as pessoas na Região e pela pressão resultante das expectativas de promoção social dos açorianos. Já no relatório de 1970, que citámos, se referia que os camponeses aspiravam a ascender à pequena burguesia, nomeadamente ao funcionalismo público e professorado primário<sup>8</sup>.

### A agricultura e a pecuária

No passado, os Açores viviam de uma agricultura mista que combinava a auto-subsistência das famílias camponesas com a produção para o mercado. A paisagem das ilhas era pontilhada pelos pomares, as hortas, os campos de trigo e milho, as vinhas, as pastagens e pelas produções que, ciclicamente, se foram sucedendo para a exportação. Mas, entre as duas guerras mundiais, registou-se um forte decréscimo da produção do milho e do trigo que constituíam uma das principais riquezas do arquipélago. Perante a impossibilidade de exportar para o continente e a Madeira, intensificou-se a criação de gado bovino como alternativa, com o objectivo de fornecer carne ao mercado de Lisboa e leite às indústrias locais de lacticínios<sup>9</sup>. A eco-

<sup>8</sup> *A Agricultura Açoriana. Realidades e Perspectivas*, Lisboa, 1970, p. 145.

<sup>9</sup> Carlos Enes, *A Economia Açoriana Entre as Duas Guerras Mundiais*, Lisboa, Edições Salamandra, 1994, p. 252.

nomia açoriana encaminhou-se, então, para um novo ciclo, o da chamada "monocultura da vaca".

Segundo o arrolamento geral dos gados, de 1940, os Açores possuíam 112 691 cabeças de bovinos. Em 1989, esse número subiu para 195 235 cabeças, das quais 40% são vacas leiteiras. Mas se atendermos às quantidades de leite laborado e à produção dos derivados então a diferença é abissal:

- em 1940, o total do leite laborado quedava-se, ainda, por cerca de 23 milhões de litros; em 1991, ascende a 308 milhões;

- a produção de manteiga era, então, de 739 ton. e a de queijo de 480 ton.; em 1991, eleva-se a 5105 ton. e 12 599 ton., respectivamente.

A actividade agrícola, incluindo a pecuária, contribui para cerca de 1/5 do Produto Interno Bruto regional, de acordo com o PMP 93-96. Mas alguns dos bloqueios mais importantes à competitividade deste ramo de actividade mantiveram-se até ao presente, apesar das mudanças. Refiro-me à reduzida dimensão das explorações agrícolas e à dispersão das mesmas em pequenas parcelas. Apesar da dimensão média ter vindo a aumentar paulatinamente, quedava-se ainda, em 1989, em cerca de 5 ha de superfície agrícola útil, em média, segundo a mesma fonte. Verificava-se, além disso, uma excessiva divisão dessas explorações em blocos, correspondendo em média a cada exploração 6 blocos.

Contudo, é importante assinalar que 5% do total das explorações ocupavam 47% da superfície agrícola utilizada e situavam-se acima dos 20 ha, segundo o recenseamento de 1989. As pequenas e pequeníssimas explorações tendem, por conseguinte, a ter um peso cada vez menor no conjunto da superfície agrícola utilizada, apesar do seu número ser elevado. A produtividade média do sector primário, onde se destaca a pecuária, é francamente superior à que se regista no continente, devido em boa parte às excepcionais condições naturais.

## Da sociedade camponesa à terciarização

Até uma época bem recente, podíamos caracterizar os Açores como uma sociedade camponesa, que se começou logo a afirmar na segunda metade do século XVI<sup>10</sup>. O que define o tipo de exploração agrária camponesa é o facto de possuir uma dimensão modesta, ser gerida pelo *pater familiae*, recorrer especialmente à mão-de-obra familiar e a raros trabalhadores assalariados e destinar uma parte significativa dos excedentes para o mercado. O camponês, quer tenha a plena posse da propriedade ou só o domínio útil, procura extrair o máximo proveito da terra, mas vê-se confrontado nesse esforço com sérios obstáculos: a escassez de capital, a rotina das técnicas tradicionais e a falta de preparação para aplicar outras, as limitadas possibilidades para a experimentação e inovação, que se saldaram em reduzidos horizontes e perspectivas quanto ao futuro.

O desenvolvimento do capitalismo possibilitou que aparecesse, logo a meados do século passado, em S. Miguel, um grupo de terratenentes preocupado com o progresso da agricultura. O jornal *Agricultor Micaelense* testemunha os esforços feitos para modernizar algumas explorações agrícolas, mas os efeitos globais dessas experiências foram pouco expressivos. Já no nosso século, instituições e organismos públicos foram induzindo melhorias significativas nas técnicas e na rendibilidade da agricultura e da pecuária, pressionadas também pela necessidade de serem competitivas no mercado nacional. Mas, apesar disso, a economia açoriana continuou a suportar a herança secular de uma estrutura pouco adequada para os mecanismos da concorrência das sociedades abertas e de mercado actuais. A figura do empresário agrícola só se encontra num número reduzido de explorações, que são basicamente de tipo familiar. A mão-de-obra

---

<sup>10</sup> João Marinho dos Santos, op. cit., p. 282.

assalariada representa, somente, 5% da população activa ocupada na agricultura, segundo o PMP 93-96. Agrava ainda a situação o envelhecimento da população deste ramo de actividade: 58% dos produtores têm mais de 50 anos e detêm 50% da área das explorações. O baixo nível de escolarização também é notório, de tal modo que 40% dos produtores individuais não possuem o ensino básico.

O peso da população ocupada na actividade agrícola e pecuária e a importância do seu modo de vida e das suas representações mentais na mundividência dos açorianos foi, entretanto, suplantado pela terciarização da economia e da sociedade. Seria interessante analisar quantos fizeram a transição da origem camponesa para o funcionalismo e quais as repercussões desse processo nos comportamentos sociais. A herança camponesa aliada à actual importância dos serviços, em particular do funcionalismo público, são certamente o factor principal do conservadorismo da sociedade açoriana.

### As pescas

Dentro do sector primário, as pescas têm ocupado sempre uma percentagem diminuta da população activa. Em 1991, ofereciam 3,6% do total do emprego na Região. Mas, em relação a épocas anteriores, o número e arqueação das embarcações cresceu e, sobretudo, a quantidade e o valor do peixe capturado.

A pesca açoriana era, essencialmente, artesanal, utilizando-se embarcações rudimentares a remos e à vela. As embarcações a motor foram substituindo as anteriores, registando-se já 34 desse tipo, em 1937. A pesca era também sazonal, desenvolvendo-se com especial intensidade durante os meses de verão. A maioria dos pescadores trabalhava como "companheiros", recebendo o chamado "quinhão" sobre o pescado. Muitos pescadores eram, segundo a expressão de

Raul Brandão, "lavradores do mar e lavradores da terra". O valor do pescado nos Açores representava menos de 2% do valor do pescado nacional, no ano de 1937.

A situação alterou-se de forma significativa, apesar da composição da frota pesqueira revelar um grande peso das pequenas embarcações. Em termos comparativos com o quadro nacional, a frota pesqueira regional representa 13% do número de embarcações, 9% da arqueação bruta e 9,5% do total da potência<sup>11</sup>. Beneficia de uma importante rede de infra-estruturas portuárias e de apoio que resultaram, na maior parte, de investimentos públicos. O subsector contribui para 2,5% do PIB regional. Na ilha de S. Miguel é descarregado perto de metade do valor do pescado, seguida a grande distância da ilha do Pico, do Faial e da Terceira. O esforço de pesca concentra-se nas zonas com menos de 500 metros de profundidade da orla marítima e nos "bancos de pesca". As espécies migratórias, nomeadamente os tunídeos, têm um peso significativo no total, apesar de terem diminuído as capturas, a partir de 1988, devido a fenómenos ambientais que motivaram a alteração do rumo dos cardumes<sup>12</sup>.

### **A indústria transformadora**

A indústria transformadora tem uma larga tradição nos Açores, em particular os ramos de actividade que podem dispor de matérias-primas produzidas localmente, como são os da alimentação, bebidas e tabaco. As mudanças neste sector consistiram, sobretudo, no desaparecimento de muitas pequenas oficinas artesanais e numa tendência para a concentração e a modernização do aparelho produtivo. Apesar

---

<sup>11</sup> PMP 93-96, p. 30.

<sup>12</sup> *Ibidem*.

disso, em 1991, 87 % dos estabelecimentos continuam a ter uma dimensão empregadora reduzida, de 1-9 trabalhadores. Mas absorvem somente 28% da mão-de-obra empregada no sector. Em contrapartida, 44% do emprego é proporcionado por cerca de 3% dos estabelecimentos industriais, cuja dimensão oscila entre os 50 e 499 trabalhadores, de acordo com dados do recenseamento industrial de 1984.

As principais indústrias eram, nas décadas de trinta e quarenta deste século, os lacticínios, a moagem, a indústria açucareira, o tabaco, às quais se juntavam outras actividades bastante diversificadas como a preparação do chá e a desfibração da espadana, em S. Miguel, a fábrica de linho da Ribeirinha, a indústria caseira dos bordados, os curtumes, na Terceira, a fábrica do álcool da Lagoa, as conservas, instaladas pela primeira vez em Vila Franca do Campo, em 1918, entre outras. Actualmente, as indústrias mais importantes continuam a ser do ramo agro-alimentar: os lacticínios, as bebidas, as conservas de peixe e o açúcar de beterraba, às quais se junta a indústria dos tabacos.

Um dos principais obstáculos ao desenvolvimento da indústria açoriana tem sido a reduzida dimensão do mercado regional e a dependência de mercados situados a considerável distância. Mas outros bloqueios devem ser considerados e têm persistido ao longo do tempo, apesar das mudanças entretanto registadas: uma cultura empresarial incipiente, a escassez de mão-de-obra qualificada e especializada e as dificuldades de financiamento, que os sistemas de incentivos têm vindo a colmatar, nos últimos anos.

A indústria açoriana, tal como a indústria de outras regiões do país, esteve durante décadas sujeita aos condicionalismos impostos pelas políticas de regulação dos mercados e da concorrência. Os anos trinta e quarenta são bastante paradigmáticos nesse aspecto. Durante aquele período, várias indústrias açorianas não sofreram quaisquer limites à produção e à comercialização dos seus produtos, caso dos lacticínios, do chá, da chicória, dos curtumes e das conservas;

enquanto que outras só puderam exportar para o continente nalguns períodos; e outras, ainda, só podiam produzir para o mercado interno ou, em casos extremos, como o das moagens, nos anos trinta, estiveram limitadas aos respectivos distritos.

Os interesses em jogo eram bastante complexos e têm de ser analisados caso a caso, como faz Carlos Enes no seu estudo sobre a economia açoriana entre as duas guerras mundiais. Mas é importante frisar que o problema não se reduz à oposição simplista Açores/Continente, nem tão pouco se pode explicar de forma maniqueísta. Logo no final do século XIX, quando se coloca a questão da indústria açoriana do álcool e os produtores dos vinhos generosos da região do Douro pediam a liberalização da importação do álcool alemão, considerado de melhor qualidade e mais barato, o que estava em causa era, entre outras coisas, a sobrevivência de um sector fundamental das exportações portuguesas, numa época de crise e de recessão dos mercados. Acabou por vencer a liberalização e a indústria nacional do álcool, em particular a das ilhas de S. Miguel e Terceira, declinou irremediavelmente, fechando um curto ciclo das respectivas economias.

Mas mesmo no plano interno do arquipélago os problemas não são lineares. A moagem micalense foi proibida de exportar a farinha para os outros distritos, no final dos anos vinte, porque arruinaria as moagens locais. Vários monopólios e privilégios foram bastante contestados na imprensa local e, ainda em 1961, Cristiano Frazão Pacheco perguntava "se na realidade a cultura da beterraba, da batata-doce, o fabrico do açúcar e do álcool merecem os sacrifícios que, por estas culturas e estas indústrias, fazem mais de 340 mil açorianos?" Obviamente, pagando mais caro e consumindo de pior qualidade.

O desenvolvimento do capitalismo e a liberalização do mercado têm vindo, progressivamente, a acabar com este tipo de problemas. Mas conduziram também à ruína de muitas actividades tradicionais, à proletarianização e emigração de muitos produtores individuais e à con-

centração da indústria. Actualmente, 65% dos estabelecimentos industriais localizam-se em S. Miguel e na Terceira e 89% do Valor Acrescentado Bruto do sector é gerado naquelas duas ilhas, com especial relevo para a primeira<sup>13</sup>. Ao mesmo tempo, a integração na Comunidade Europeia pode vir a pôr totalmente em causa a sobrevivência de ramos de actividade menos preparados para o embate da concorrência.

### **Do arquipélago à região**

Do ponto de vista geográfico, os Açores são um arquipélago com características de certa uniformidade ao nível geofísico e climático. Contudo, a referida dispersão e fragmentação do seu território têm constituído sempre um obstáculo às relações económicas entre as ilhas açorianas e dificultado a integração regional.

Durante séculos, uma economia voltada para o auto-consumo e a exportação para os mercados exteriores, as limitadas trocas entre as ilhas, as dificuldades de comunicações e a fraca mobilidade das populações no espaço insular cimentaram a separação e a autarcia das ilhas.

Já na época contemporânea, em particular no nosso século, o desenvolvimento do capitalismo e a progressiva unificação do mercado regional, a melhoria da rede de transportes e comunicações e o aparecimento de entidades com objectivos de planificação e controle da economia açoriana, como foi a Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores, surgida nos anos trinta, foram criando as bases para a afirmação de uma região, no contexto nacional.

Contudo, subsistiram até muito tarde toda a espécie de entraves à livre circulação dos produtos. Ainda em 1970, o citado relatório da

---

<sup>13</sup> *Ibidem*, p. 31.

Junta de Colonização Interna referia que “até há poucos meses o arquipélago teve a sua economia espartilhada por um regime alfandegário anacrónico”<sup>14</sup>. O governo tinha, entretanto, decidido acabar com esse sistema obsoleto de cobrança de taxas e impostos sobre as mercadorias, mantendo ainda algumas restrições (tabaco, açúcar, vinhos) e impondo a substituição de um certo número de receitas para os corpos administrativos. Refere-se também, naquele documento, que “cada ilha se tem comportado como um elemento de evolução quase independente das restantes (exceptua-se, em certa medida, o binómio Pico-Faial)”<sup>15</sup>.

Quando se fala de mercado regional, no caso dos Açores, é preciso ter consciência de que se trata de uma realidade complexa, espartilhada por nove ilhas com dimensões e capacidades de produção e consumo muito diversas. Tradicionalmente, as trocas com o exterior faziam-se directamente através das capitais dos distritos e eram bem mais importantes do que as internas. Segundo o PMP 93-96, as mercadorias transportadas entre as diversas ilhas alargaram a sua quota no mercado do tráfego de bens por via marítima: de uma ordem de 8,8 % do mercado para 11,5 a 12,9 %, após 1986. Trata-se, mesmo assim, de uma percentagem bastante modesta, que resulta da tradicional tendência para a especialização da economia das ilhas para a exportação, associada hoje a uma dependência muito acentuada das importações de todo o tipo de bens.

O problema dos transportes e comunicações assume uma importância decisiva em qualquer economia e, em particular, nas chamadas “economias periféricas”. No caso dos Açores, a questão esteve sempre presente nas reclamações apresentadas pelos empresários locais às autoridades centrais e locais. Basta lembrar a batalha travada para a construção do porto de Ponta Delgada ou o intenso descontenten-

<sup>14</sup> *A Agricultura Açoriana. Realidades e Perspectivas.*, Lisboa, 1970, p. 114.

<sup>15</sup> *Ibidem*, p. 64.

tamento das elites locais, no final do século XIX, em relação à falta de infra-estruturas adequadas, nomeadamente de transportes, para o progresso da sua terra. Ainda em 1970, o relatório sobre a agricultura açoriana frisa, mais uma vez, a necessidade de desenvolver o sistema de transportes e comunicações dos Açores. Mas alguns estudos já feitos vêm demonstrar que a situação dos Açores não era particularmente desfavorável, no contexto nacional. Muitas regiões do país, em especial das zonas serranas e da fronteira interior, estavam bastante mais isoladas e carecidas de meios de transporte e de comunicações do que a maior parte das ilhas açorianas<sup>16</sup>. Contudo, na última década, tanto no país como na região dos Açores deu-se um salto quantitativo e qualitativo muito importante nesse campo.

A Região dos Açores é, hoje, um facto político, mas do ponto de vista económico continua a notar-se uma fraca complementaridade e integração. Tal situação decorre, naturalmente, da descontinuidade geográfica e das características da economia das ilhas já assinaladas. Por isso, as migrações faziam-se, e ainda julgo que se fazem, de preferência para o exterior e são relativamente pouco significativas entre as ilhas<sup>17</sup>.

### Situação social

No estudo sobre o século XIX, dediquei um capítulo aos aspectos marcantes da estrutura social açoriana e salientei o problema da dicotomia entre a opulência e a pobreza nas ilhas dos Açores.

---

<sup>16</sup> Vide A. Teodoro de Matos, *Transportes e Comunicações em Portugal. Açores, Madeira (1750-1850)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1980; Maria Isabel João, op. cit., pp. 197-212; Carlos Enes, op. cit., pp. 171-189.

<sup>17</sup> No documento da Junta de Colonização Interna já citado, refere-se que a emigração para o estrangeiro atingiu, nos dois últimos decénios, valores próximos dos 60000, enquanto que a corrente estabelecida entre as ilhas não chegou a abranger 4000 (cf. p. 67).

Evidentemente, que o fosso era maior em S. Miguel, por causa da divisão muito desigual da propriedade. Mas nas outras ilhas a tónica era dada por uma maioria da população vivendo no limiar da subsistência, totalmente desprotegida em épocas de crise provocadas pelas intempéries e pelas pragas que, regularmente, afectavam a produção agrícola. Talvez, só a ilha Terceira tivesse uma situação mais equilibrada, dizendo Alice Moderno, em 1901, que seria em vão que se procuraria o “verdadeiro pauperismo” nesta ilha<sup>18</sup>.

As condições de vida da maioria da população açoriana mantiveram-se muito deficientes, agravando-se em períodos de crise. Por exemplo, a década de trinta caracterizou-se “pelo aumento de desemprego e subemprego a nível de todo o arquipélago, com a consequente descida dos salários, diminuição do poder de compra e a expansão dos níveis de pobreza. Em 1939, um relatório do governador civil da Horta informa que 73% da população do distrito é pobre; 15% vive da caridade pública e particular e 5% sofre de “cruciante inanição por carência absoluta de alimento”<sup>19</sup>. A situação vivida, nos anos trinta, foi realmente dramática e não só nos Açores.

Mas, em 1952, o deputado da Assembleia Nacional, Armando Cândido, chamava a atenção para a miséria dos jornaleiros agrícolas de S. Miguel, causada na sua opinião pelos “excedentes demográficos” e a concentração da propriedade. Nas décadas de sessenta e setenta, os Açores tiveram uma hemorragia populacional de quase 80 000 pessoas e penso que não restam dúvidas de que a principal causa do fenómeno é de ordem económica.

A realidade açoriana não era, substancialmente, diferente de outras regiões mais pobres do país. Aliás, basta comparar as curvas da emigração nacional e dos Açores para se ver a relativa coincidência

---

<sup>18</sup> Alice Moderno, *Açores. Pessoas e Coisas*, Ponta Delgada, Typ. Popular, 1901, p. 76.

<sup>19</sup> Carlos Eaes, op. cit., p. 257.

de ambas, apesar da incidência da emigração açoriana, em relação ao número de habitantes, ser das mais elevadas ao nível do país.

Contudo, nestes últimos vinte anos, as condições de vida dos açorianos sofreram uma evolução bastante favorável, quando comparadas com os indicadores nacionais. Em termos de poder de compra, a Região Autónoma dos Açores coloca-se em 15º lugar num quadro global de trinta regiões criadas para fins estatísticos. Abaixo do poder de compra médio dos açorianos está cerca de 33% da população nacional, envolvendo mais de 3.2 milhões de habitantes<sup>20</sup>.

Os indicadores de conforto também são, de modo geral, superiores à média do continente<sup>21</sup>. Isto significa que, em média, os açorianos têm melhores condições de alojamento e casas mais bem equipadas do que os habitantes do continente. Só no caso dos telefones e dos aspiradores, os Açores apresentam um índice francamente inferior. Em contrapartida, o parque automóvel é mais jovem: cerca de 54% dos automóveis foram matriculados na região após 1985, contra 38 % em termos de média nacional.

A distribuição dessa qualidade de vida é mais uniforme nas ilhas dos Açores do que no continente, onde as disparidades entre os concelhos são bastante elevadas. Por conseguinte, verifica-se uma maior homogeneidade das condições de vida no conjunto das ilhas, apesar das grandes diferenças de dimensão física, populacional e de envergadura económica.

A dinâmica consumista da sociedade açoriana não é sustentada pelo aparelho produtivo regional, mas pelo recurso às importações. A taxa de cobertura das importações pelas exportações tem oscilado, mas é relativamente baixa: de 35 %, em 1989, com a entrada em vigor do Novo Sistema Retributivo da Função Pública que provocou o

---

<sup>20</sup> J. Albano Santos, *Sinopse da Economia Açoriana*, Gabinete do Ministro da República para a RAA, Angra do Heroísmo, 1994, p. 7.

<sup>21</sup> *Ibidem*, Quadro II.

aumento do poder de compra duma camada não negligenciável da população açoriana, subiu para cerca de 53%, em 1991, devido especialmente ao crescimento das exportações, o que significa que o valor das importações é quase o dobro do valor das exportações.

Esta situação de défice da balança comercial não é nova, mantendo-se como uma constante em várias épocas, apesar de ser difícil de contabilizar por falta de séries de dados completas e das divergências entre os critérios estatísticos. Neste período de um século que temos vindo globalmente a analisar, só o distrito de Ponta Delgada, por causa da importância das exportações da ilha de S. Miguel, conseguia apresentar *superavit* nalguns períodos. Contudo, com relativa frequência, apesar do baixo consumo das populações, nem mesmo este distrito conseguia equilibrar a sua balança comercial. Em 1968, as importações do distrito de Ponta Delgada oriundas do continente totalizaram cerca de 292 000 contos, em sentido inverso seguiram 142 000 contos de produtos<sup>22</sup>. Além da baixa taxa de cobertura, é importante salientar que só 17% dos produtos importados eram do sector da alimentação. A situação alterou-se radicalmente, tornando-se os Açores dependentes da importação de produtos alimentares. A rubrica "Produtos Alimentares e Animais Vivos" representou, em 1992, 42% do valor total das importações, logo seguida pelas "Máquinas e Material de Transporte" (32,8%)<sup>23</sup>.

A significativa melhoria das condições médias de vida dos açorianos, na última década, assenta em bases relativamente frágeis do ponto de vista económico, porque se nota um enviesamento na estrutura do emprego na região, com um peso demasiado acentuado do terciário, em particular do funcionalismo público, e o aparelho produtivo regional não está dimensionado para os níveis de consumo.

<sup>22</sup> *A Agricultura Açoriana*, p. 116.

<sup>23</sup> *Sínope da Economia Açoriana*, Quadro XIII.

## Conclusões

A análise global das dinâmicas e dos problemas estruturais da economia e da sociedade açoriana nos últimos cem anos, evidencia algumas tendências persistentes.

Em primeiro lugar, importa referir as oscilações do crescimento demográfico, provocadas pela emigração, e uma tendência para o decréscimo da população, que nem a conjuntura política e económica favorável dos anos oitenta conseguiu contrariar. Em termos relativos, a população açoriana tem vindo a perder paulatinamente peso no conjunto nacional. Ao nível regional, tem-se acentuado a importância das ilhas de S. Miguel e da Terceira, em particular da primeira, e da população urbana, com especial ênfase para o aumento do peso de Ponta Delgada.

Em segundo lugar, destacaria a persistência de uma estrutura produtiva voltada para o ramo agro-pecuário e a transformação de produtos primários, salientando-se a tendência para uma acentuada especialização da economia açoriana. A diversidade das produções agrícolas, muito voltadas para a autossubsistência, foi sendo substituída pela pecuária, ocupando as pastagens permanentes 68% da superfície total das explorações, em 1989. De igual modo, no sector da indústria transformadora, o peso determinante vai para o ramo da alimentação, destacando-se os lacticínios e as conservas.

Em terceiro lugar, assinala-se a tendência para a concentração, apesar de subsistir uma estrutura empresarial fortemente atomizada. No ramo agro-pecuário, a maioria das explorações é de tipo familiar e de pequena dimensão. Na indústria, a maior parte dos estabelecimentos tem uma dimensão empregadora diminuta. Mas esta análise ganha outro significado quando constatamos que um número pequeno de explorações detém uma percentagem elevada da superfície agrícola útil e uma quantidade igualmente diminuta dos estabelecimentos industriais proporciona uma grande parte do emprego do sector.

Em quarto lugar, registre-se a persistência de factores tradicionais de limitação do desenvolvimento: (i) o carácter periférico da economia açoriana, situando-se os principais mercados abastecedores e consumidores a considerável distância; (ii) a pequena dimensão e natureza dispersa do mercado regional que dificulta a obtenção das indispensáveis economias de escala; (iii) a escassez de mão-de-obra qualificada; (iv) uma cultura empresarial incipiente. Poderíamos, ainda, acrescentar a estes factores as dificuldades de financiamento e o crédito caro, que têm sido em parte superados nos últimos anos pelos sistemas de incentivos e abundantes subsídios, e os circuitos de distribuição e comercialização ineficientes e dispendiosos.

Quanto às mudanças entretanto verificadas, é importante destacar a terciarização da economia e da sociedade açorianas. Como referimos, é no sector terciário que se encontra, actualmente, mais de metade da população activa, que responde por cerca de 52% do produto gerado na região<sup>24</sup>. Essa era uma tendência que se vinha a desenhar e foi correctamente assinalada pelos autores do relatório da Junta de Colonização Interna, de 1970. Nele já se mostra que os serviços eram a alternativa ao excesso de gente na agricultura e, por isso, "cresceram para além do que pareceria razoável, prejudicando a sua própria eficiência"<sup>25</sup>. A criação do aparelho político-administrativo regional mais não fez do que potenciar essa tendência, dando resposta à necessidade de aumentar a quantidade dos serviços públicos prestados às populações e, ao mesmo tempo, absorvendo parte dos excedentes provenientes da reestruturação da agricultura. Curiosamente, no citado documento também já se faz referência ao problema da eficiência, parecendo não haver correspondência entre a quantidade e a qualidade. Hoje, a questão torna-se candente quando se toma consciência

<sup>24</sup> *Ibidem*, p. 27.

<sup>25</sup> *A Agricultura Açoriana*, p. 72.

que a predominância do sector terciário lança sobre toda a economia da Região "o ónus da sua menor produtividade"<sup>26</sup>, contribuindo fortemente para que os níveis de produtividade global dos Açores sejam inferiores à média nacional.

Ao nível social, as mudanças da última década foram no sentido da subida da qualidade de vida e dos padrões de consumo da população, ultrapassando em vários indicadores as médias nacionais. Aparentemente, a sociedade açoriana conseguiu romper o círculo vicioso da pobreza, apesar da relativa modéstia dos padrões de consumo e de conforto e das desigualdades sociais que as médias estatísticas escondem. Há, seguramente, diferenças de níveis de riqueza entre os vários grupos sociais, mas um observador exterior não pode deixar de notar uma maior homogeneidade do que noutras regiões do país e, em especial, a marginalidade dos fenómenos de pauperismo. Os Açores têm beneficiado do crescimento dos próprios níveis de produção da riqueza e, sobretudo, de vantagens políticas que permitiram a transferência de consideráveis recursos nacionais e comunitários para a economia regional<sup>27</sup>. Resta saber até quando será possível sustentar a situação actual e quais serão as alternativas futuras.

<sup>26</sup> *Sinopse da Economia Açoriana*, p. 27.

<sup>27</sup> A análise do problema das transferências de recursos nacionais para a região é bastante complexa, visto que não se traduz somente pela verba inscrita todos os anos no Orçamento Geral do Estado a título de custos da insularidade. Ver sobre o problema a *Sinopse da Economia açoriana*, Apêndice A e, noutra perspectiva política, o documento de trabalho produzido por encomenda da Secretaria Regional das Finanças sobre o mesmo assunto, que não tivemos a possibilidade de consultar.



